



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13854.000025/2006-16
<b>Recurso nº</b>	159.476 Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>2102-02.065 – 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	17 de maio de 2012
<b>Matéria</b>	IRPF - Embargos
<b>Embargante</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	UBIRATAN POMPEO CAMPOS FREIRE

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2002, 2003

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

Constatada, mediante embargos de declaração, a ocorrência de obscuridade, omissão ou contradição deve-se proferir novo Acórdão, para rerratificar o Acórdão embargado.

Embargos Rejeitados

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em CONHECER dos embargos de declaração, para rerratificar o Acórdão nº 3301-00.112, de 01/06/2009, alterando a redação do dispositivo da decisão que passa a ter o seguinte teor: "ACORDAM os Membros da Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por maioria de votos, DAR provimento para cancelar o lançamento, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Conselheiros José Raimundo Tosta Santos, Eduardo Tadeu Farah e Rubens Maurício Carvalho (Suplente convocado) que davam provimento em menor extensão para reduzir a base de cálculo para 20% (vinte por cento) do valor correspondente aos depósitos bancários por entenderem que eram receitas provenientes da atividade rural e como tal deviam ser tributados". Ainda, o Colegiado apreciou o pedido de prorrogação do julgamento, conforme petição do contribuinte apresentada em 14/05/2012, rejeitando-o, por ausência de previsão regimental para tanto.

*Assinado digitalmente*

Giovanni Christian Nunes Campos – Presidente

*Assinado digitalmente*

Núbia Matos Moura – Relatora

EDITADO EM: 25/06/2012

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Acácia Sayuri Wakasugi, Francisco Marconi de Oliveira, Giovanni Christian Nunes Campos, Núbia Matos Moura e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti. Ausente justificadamente o Conselheiro Atilio Pitarelli.

## Relatório

Em sessão plenária realizada em 1 de junho de 2009 esta Turma julgou o recurso apresentado pelo contribuinte UBIRATAN POMPEO CAMPOS FREIRE, Acórdão nº 3301-00.112, fls. 922/932, sendo proferida a seguinte decisão:

*ACORDAM os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, desqualificar a multa. Por maioria de votos, DAR provimento para cancelar o lançamento, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Conselheiros José Raimundo Tosta Santos, Eduardo Tadeu Farah e Rubens Maurício Carvalho (Suplente convocado) que davam provimento em menor extensão para reduzir a base de cálculo para 20% (vinte por cento) do valor correspondente aos depósitos bancários por entenderem que eram receitas provenientes da atividade rural e como tal deviam ser tributados.*

Cientificada do acórdão acima mencionado, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresentou embargos de declaração, fls. 935/936, onde aponta a existência de contradição/omissão no referido acórdão, conforme trecho a seguir transscrito:

*Ora, da simples leitura do dispositivo do acórdão acima transscrito podemos perceber que o mesmo está contraditório eis que, ou se desqualifica a multa ou se cancela o lançamento. Não há como se cancelar o lançamento e ainda assim manter a multa sem a qualificação aplicada pela fiscalização.*

*Assim, como o dispositivo do acórdão é que transita em julgado, mister se faz a correção do mesmo a fim de delinear de forma correta a matéria a ser aventada pela União em Recurso Especial.*

*Ademais, o acórdão restou omissa uma vez que apesar de constar do dispositivo a decisão, por unanimidade, pela desqualificação da multa, o voto quedou-se silente quanto a esta questão, sequer mencionando o assunto.*

É o Relatório.

CÓPIA

**Voto**

Conselheira Núbia Matos Moura, relatora

Os embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional preenchem os requisitos legais para sua admissibilidade e devem ser conhecidos.

De fato, assiste razão ao embargante quando afirma que o dispositivo do acórdão merece correção, dado que não há que se falar em desqualificar a multa de ofício, quando o resultado do julgamento foi de dar provimento ao recurso. Tanto é assim, que o voto condutor do acórdão sequer analisou as argüições apresentadas pela defesa, no que concerne a multa de ofício.

Verifica-se ainda que a identificação da turma julgadora também está incorreta no dispositivo do acórdão, fato que também merece reparo.

Nesta conformidade, deve o dispositivo do acórdão embargado ser retificado para suprimir a expressão *por unanimidade de votos desqualificar a multa de ofício*, ao tempo em que também será corrigida a identificação da turma que proferiu o acórdão.

Ante o exposto, voto por conhecer dos embargos de declaração, para ratificar o Acórdão nº 3301-00.112, de 01/06/2009 e alterar a redação do dispositivo da decisão que passa a ter o seguinte teor:

*ACORDAM os Membros da Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por maioria de votos, DAR provimento para cancelar o lançamento, nos termos do voto da Relatora, vencidos parcialmente os Conselheiros José Raimundo Tosta Santos, Eduardo Tadeu Farah e Rubens Maurício Carvalho (Suplente convocado) que davam provimento em menor extensão para reduzir a base de cálculo para 20% (vinte por cento) do valor correspondente aos depósitos bancários por entenderem que eram receitas provenientes da atividade rural e como tal deviam ser tributados.*

*Assinado digitalmente*

Núbia Matos Moura - Relatora

CÓPIA